

Como as Cozinhas Solidárias contribuem para a justiça climática?

Por Katarine Costa · 25/09/2023

No vídeo, Jade Percassi, integrante do [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra \(MST\)](#), fala sobre a construção das cozinhas populares solidárias e explica como o projeto contribui para a soberania alimentar no país e na luta por justiça climática.

Percassi conta que as cozinhas populares solidárias “emergiram” em meio a pandemia da Covid-19 em resposta a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional que aumentou no período.

No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Os dados são do [“II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19”](#), publicado pela *Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*.

A militante do movimento sem-terra explica que, frente a esse cenário, movimentos populares e outras organizações da classe trabalhadora desenvolveram estas ações de solidariedade no combate à fome.

SEGURANÇA ALIMENTAR E JUSTIÇA CLIMÁTICA

As cozinhas populares solidárias recebem, preparam e distribuem refeições para quem precisa. Os alimentos são doados ou comprados, a preço justo, de produtores da agricultura familiar, de assentamentos e de acampamentos da reforma agrária popular.

Jade Percassi destaca que essa relação possibilita a ligação entre combate à fome e soberania alimentar. Isso porque, os produtos adquiridos são agroecológicos ou orgânicos, isto é, sem a utilização de venenos em grande escala, e estão dentro da cultura alimentar das pessoas atendidas pelo projeto.

“O que faz também a ponte com a questão da justiça climática, porque estamos falando de alimentos produzidos em um outro paradigma”, diz a integrante do MST. Ela explica que o agronegócio é baseado na produção de *commodities* para exportação, na produção em larga escala com monoculturas e uso de venenos agrícolas. Além de aprofundar a fome e aumentar a emissão de gases de efeito estufa.

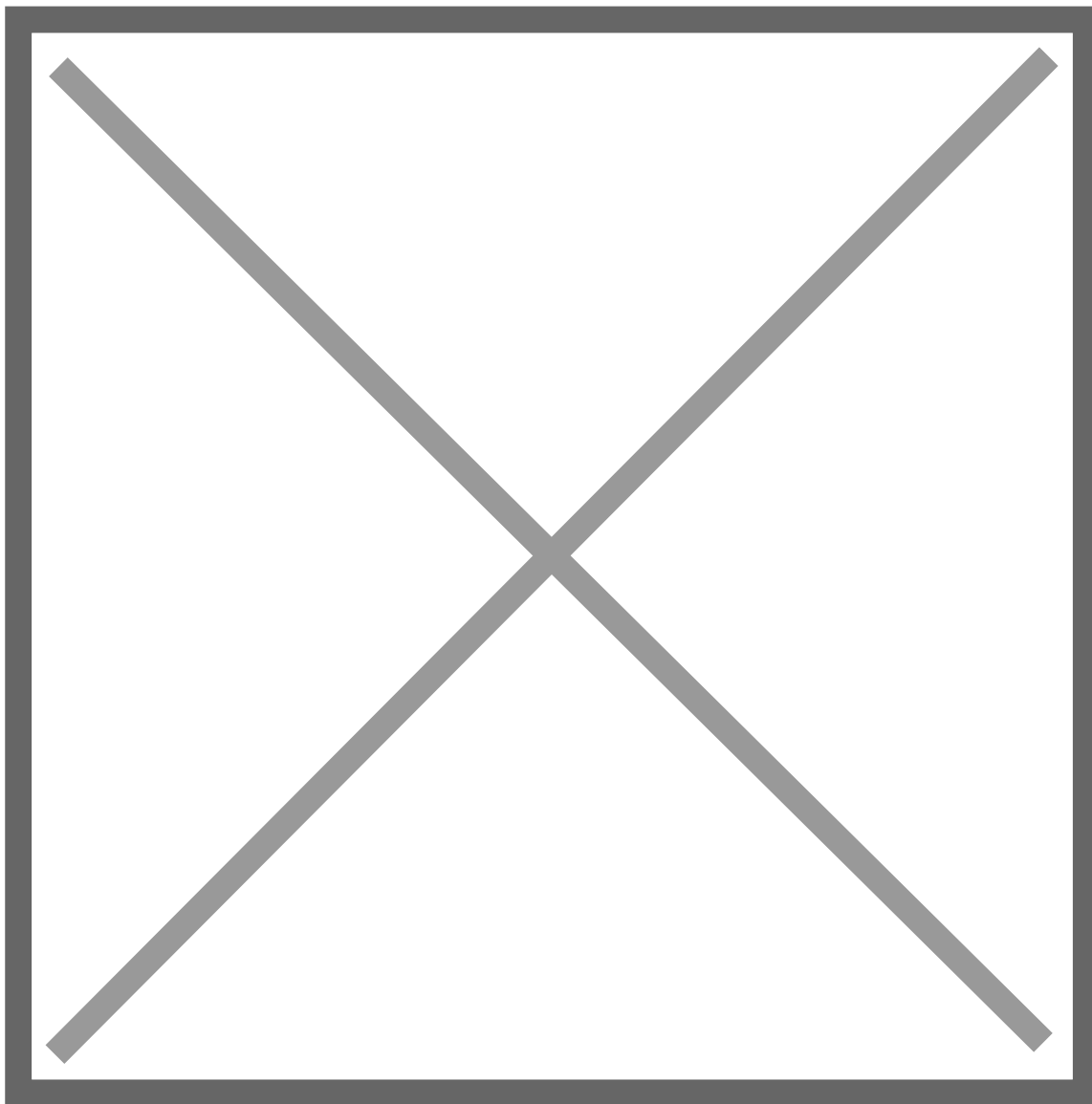
AGRONEGÓCIO

Segundo dados do [*Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cone Sur*](#), o agronegócio, em todo o planeta, avança sobre áreas úmidas e florestas, desmatando enormes quantidades de terras. De acordo com o estudo, a expansão da fronteira agrícola é responsável por 70 a 90% do desmatamento em todo o mundo. O cultivo extensivo é responsável pela emissão de 15 a 18% das emissões de gases de efeito estufa.

No Brasil, segundo a FAO, em 2019, 78% de toda sua terra cultivada foi destinada a apenas três *commodities*: soja (45,3%), milho (22%) e cana-de-açúcar (11,5%).

Esse modelo de produção é o principal emissor de gases do efeito estufa no país (72% segundo o SEEG, em 2019).

AGROECOLOGIA



Trabalhadores Sem Terra em Alagoas. Foto: Gustavo Marinho MST em AL

Se a fome não é resultado de um processo natural, mas sim do modelo do agronegócio, mudar essa realidade significa construir outro modelo produtivo para o campo e outra relação com as cidades.

Na outra ponta estão os pequenos agricultores, que produzem a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros e brasileiras. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil](#).

O último censo agropecuário realizado pelo instituto em 2017 mostrou que, naquele período, os pequenos produtores respondiam por 48% da produção de café e banana, 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão. Apesar de corresponder a apenas 23% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros.

A militante do MST conclui que o trabalho desenvolvido nas cozinhas populares solidárias é feito com base em alimentos “produzidos em uma outra proposta, principalmente da agroecologia, em que essa distribuição é feita buscando um equilíbrio com a natureza e dialogando com a cultura alimentar das pessoas que são atendidas”.